

TURISMO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA TRAJETÓRIA (pouco conhecida) DE INTERAÇÕES

**Mirza Pellicciotta¹
Karina Toledo Solha²**

Há mais de 80 anos nós nos encontramos imersos numa trajetória instigante de reflexões acerca da preservação dos bens culturais e ambientais que consideramos caros às nossas vidas e sociedades. Esta trajetória vem se firmando ancorada numa percepção íntima das transformações sociais, culturais, ambientais que se acham em curso e em meio às quais nós vivemos, construímos e celebramos nossas referências, estratégias e condições de sobrevivência.

Em grande medida, esse esforço de pensar a preservação do patrimônio têm se dado articulado a um entendimento mais profundo da fragilidade que se acerca às nossas realizações e testemunhos, razão pela qual os primeiros tratados internacionais relativos à preservação do patrimônio histórico monumental e urbano ganharam forma no período entre guerras, com as chamadas *Carta de Atenas* e *Carta de Atenas – CIAM*, que datam dos anos de 1931³ e 1933⁴, respectivamente.

Considerar a presença dessas reflexões e percebê-las como fruto de uma permanente preocupação, compreensão e proposição de conceitos e ações em escala internacional constituem tarefa importante. Em particular, porque elas ajudam a identificar processos e movimentos, ou ainda, a emergência de fenômenos, segmentos e arranjos institucionais e políticos que, em diferentes esferas e escalas, ganharam e continuam a ganhar lugar e força na contemporaneidade.

Essa perspectiva de abordagem também nos parece significativa para a construção de uma leitura mais específica de um dos segmentos mais dinâmicos e influentes de nosso tempo: o turismo. Um segmento que, em diversos aspectos, ofereceu e

¹ Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas. Realiza estágio pós-doutoral na área de Turismo Cultural na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, onde também atua como Professora Colaboradora. Membro do ICOMOS-Brasil. E-Mail: <mirzapellicciotta@yahoo.com.br>.

² Livre Docente em Desenvolvimento do Turismo, Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação e Bacharel em Turismo pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Professora Associada do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da mesma instituição. Coordenadora do CETES – Centro de Estudos sobre Turismo e Desenvolvimento Social – USP. E-Mail: <ecacrp@usp.br>.

³ CARTA de Atenas, out. 1931, Sociedade das Nações. Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, Escritório Internacional dos Museus. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁴ CARTA de Atenas – CIAM, nov. 1933, Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

permanece oferecendo contribuições significativas aos esforços de preservar bens culturais e ambientais relevantes ao nosso tempo.

Esse fenômeno social reconhecido principalmente pelos efeitos econômicos que promove, nasceu e manteve-se imerso nos *mesmos desafios* de compreender e responder às transformações sociais, culturais e ambientais em curso, sendo reconhecido mundialmente por gestores mundiais dos campos da economia, da cultura e do meio ambiente. Foi ainda da sincronia que estabeleceu – e continua a estabelecer – com fóruns, órgãos e movimentos de preservação cultural e ambiental, que nasceram conceitos e experiências singulares e caras aos processos de gestão de conservação patrimonial.

De uma compreensão *monumental* de patrimônio histórico, o campo da preservação – e também o de turismo – ampliou suas formas de entendimento para abarcar, no curso das últimas décadas, os *bens culturais* mais modestos, os *territórios*, os *sítios históricos*, as *malhas e centros urbanos*, o *meio ambiente*, as *paisagens*, ou ainda, as dimensões ditas *intangíveis* do patrimônio cultural. Estas reflexões passaram, ainda, a compor um *universo de referências* constituído por dezenas de documentos internacionais de vasta abrangência e atuação sincronizada de inúmeros órgãos gestores de caráter nacional e internacional, encontrando-se entre eles, contribuições do turismo na forma de experiências, modelos e estruturas afinadas às políticas de preservação locais, regionais, nacionais e internacionais, ou ainda, aos caminhos de desenvolvimento pretendidos pelas sociedades.

Esses diálogos e interações, no entanto, são pouco conhecidos e as nossas dificuldades em identificar com maior clareza certas reflexões e práticas de tão alta relevância e significados impõem limites ou, no mínimo, fragilizam nossos trabalhos em situações que exigem maior atenção sobre a questão. Neste sentido, este artigo propõe-se a identificar, organizar e disponibilizar um conjunto significativo de referências, assim como indicar estratégias metodológicas, apresentando na última parte deste texto os resultados parciais do projeto que, na atualidade, estamos desenvolvendo na microrregião do Bananal, na porção paulista do Vale do Paraíba.

Turismo e Patrimônio: Caminhos (Históricos) de Interação e Gestão

No século XX, a atividade turística evoluiu tanto em relação aos equipamentos e serviços oferecidos como em abrangência geográfica, alcançando uma dimensão mundial, trajetória se deu em sintonia com a constituição e atuação de organizações internacionais que cumpriram papel fundamental nesta mesma expansão.

Coube à ONU – em 1945 – e, de forma particular, à UNESCO – em 1946 –, aproximar, interagir e integrar o desenvolvimento turístico aos propósitos de construção (e manutenção) da paz e da segurança entre os povos; e em tempos de reconfiguração das estruturas de gestão dos territórios e das Nações, o surgimento de instâncias mundiais de consulta e decisão sensíveis e atentas às novas formas e sentidos de circulação, trocas e interações entre as sociedades, não só lastreou o segmento, como lhe conferiu significados particulares.

Numa perspectiva complementar, na medida em que cresceu o interesse de zelar por um *patrimônio comum*, teve início também um diálogo profícuo entre preservação patrimonial e turismo, cabendo a UNESCO o desempenho de um papel

particular. Ainda nos anos 1950, este órgão integrou o turismo aos trabalhos de preservação do patrimônio da Núbia/ Egito, e em 1963, com a Conferência das Nações Unidas sobre o turismo e as viagens internacionais, o segmento foi celebrado com um meio de aliar necessidades de conservação aos novos projetos de desenvolvimento, além de potencializar as economias, valendo registrar que, neste mesmo ano, ganhou forma a *Federação Internacional das Associações governamentais para a proteção do patrimônio cultural e natural da Europa/ Europa Nostra*⁵.

Nos anos seguintes, a *XII Conferência da UNESCO*⁶ adotou a resolução de que a conservação dos monumentos deveria contar com o turismo e, no mesmo ano, a ONU aprovou a inclusão do *turismo cultural* entre os projetos suscetíveis de serem financiados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Estas diretrizes impulsionaram a redação das *Normas de Quito*⁷ pela Organização dos Estados Americanos (OEA); ocasião em que os bens do *patrimônio monumental das Américas* se fizeram interpretados como *recursos culturais*, ou ainda, como *benefícios e recursos econômicos* dos Estados e territórios responsáveis por sua guarda e conservação.

Também foi em meio a estas resoluções que a UNESCO incorporou a temática do turismo no *Conselho Internacional de Monumentos e Sítios/ ICOMOS*, criado em 1965, organismo que no final desta década promoveu o Colóquio Proteção, Conservação e Turismo (1969) e fez nascer em seu interior o *Comitê Científico Internacional sobre Turismo Cultural* (1969).

Coube, ainda, à UNESCO promover em princípios dos anos 1970, a *Convenção sobre Salvaguarda do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*⁸, evento através do qual introduziu as discussões sobre a *melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente*; lançou o conceito de “Patrimônio Mundial”; convocou as Nações a reconhecer, inventariar e proteger seus bens de valor universal e propôs a criação de uma “Lista do Patrimônio Mundial”, instrumento pelo qual se firmaram laços de cooperação internacional em prol da conservação.

A ONU, por sua vez, avançou na reestruturação do campo do turismo. Constituído, até então, pela *Aliança Internacional de Turismo*, criada no final do século XIX e por organizações criadas nos anos 1940 como a União Internacional de Organizações de Turismo/ UIOT, a European Travel Commission/ ETC e a Pacific Asia Travel Association/ PATA; coube à Organização das Nações Unidas propôr a criação da *Organização Mundial do Turismo/ OMT*, um organismo

⁵ BETTINELLI, Rossana. “Tra storia e cronaca”. Council member Europa Nostra onlus. Disponível em: <http://www.italianostra.org/wp-content/uploads/462_bettinelli.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁶ UNESCO. Actas de la Conferencia General. 13ª Reunion, Paris, 1964. Resoluciones. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001145/114581s.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁷ NORMAS de Quito, nov./dez. 1967. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico, OEA – Organização dos Estados Americanos. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁸ RECOMENDAÇÃO de Paris, nov. 1972, Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

intergovernamental que em 1975 se firmaria como instância da própria ONU, com o papel de impulsionar o segmento em sincronia com o crescimento econômico, geração de emprego e proteção do meio ambiente e dos destinos turísticos. Mais do que isso, a OMT assumiria a responsabilidade de adotar os fundamentos da Convenção sobre Salvaguarda do Patrimônio Mundial Cultural e Natural em seus caminhos de estruturação.

Da sincronia entre a ONU, a UNESCO, o ICOMOS e a OMT estruturou-se, então, o *Seminário Internacional sobre Turismo e Humanismo Contemporâneo*/ ICOMOS, e nesta ocasião, a OMT e a UNESCO defenderam a contenção do crescimento anárquico do segmento e o desenvolvimento de uma forma de turismo atenta ao conhecimento e a proteção do patrimônio cultural (monumentos, sítios históricos e artísticos, entre outros). O evento também lançou a Carta de Bruxelas ou Carta de Turismo Cultural⁹, documento assinado por grande número de instituições que proclamava o turismo como um “feito social, humano, econômico e cultural irreversível”, dotado de “efeitos positivos e negativos” e que para promover a proteção do patrimônio mundial carecia de uma trajetória própria de formação e informação. Esta promulgação se faria acompanhar pela instituição do *Comitê Científico Internacional de Turismo Cultural do ICOMOS* (responsável pelo controle, gestão e monitoramento do patrimônio mundial no âmbito do turismo cultural), inaugurando-se em meados da década de 1970, uma trajetória compartilhada de gestão da preservação do patrimônio mundial.

Sincronia de Conceitos

No curso dos anos, estas interações se revelaram profícuas... Se por um lado, os órgãos e instâncias de preservação do patrimônio passaram a reconhecer e incorporar interlocutores e agentes do segmento de turismo em suas discussões e perspectivas de atuação; por outro, o turismo incorporou fundamentos preservacionistas em suas perspectivas de estruturação e desenvolvimento. E estes caminhos compartilhados ganharam novas perspectivas na medida em que os *conceitos* de patrimônio, preservação, cultura e natureza se alargaram e transcenderam os limites do chamado patrimônio monumental.

Expresso originalmente pela Carta de Atenas¹⁰, o conceito de *patrimônio monumental* referia-se ao reconhecimento, salvaguarda e preservação de bens culturais dotados de *excepcionalidade*; um entendimento, no entanto, que em meados dos anos 1960 já começava a revelar limitações. Na 12ª Sessão da UNESCO, promotora da Recomendação de Paris¹¹, o órgão chamava atenção para a

⁹ CARTA de Turismo Cultural de 1976, ICOMOS. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

¹⁰ CARTA de Atenas, out. 1931.

¹¹ RECOMENDAÇÃO de Paris – Paisagens e Sítios, 12 dez. 1962, Escritório Internacional dos Museus, Sociedade das Nações. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

necessidade de se proteger, salvaguardar e controlar não apenas os monumentos, mas os sítios históricos e os territórios em que se achavam inseridos. Dois anos depois, a Carta de Veneza¹², declaração emanada do II Congresso Internacional de Arquitetos – e subscrita pelo ICOMOS desde o nascimento – redefinia o conceito de monumento histórico atentando para a questão da atribuição de valor (entendida como “função útil à sociedade”). Essa carta aprofundou os conhecimentos de conservação e restauro; propôs um plano internacional de conservação e restauração de monumentos e clamou pela constituição de um campo especializado e interdisciplinar de estudos sobre as práticas de conservação e restauro. No mesmo ano, a Recomendação de Paris¹³ gerada pela UNESCO, firmou o conceito de bens culturais, ampliando o campo da preservação patrimonial para a identificação, proteção e controle de objetos e bens históricos não edificados.

Na década de 1970, a Carta de Restauro¹⁴, produzida pelo Governo da Itália, instituiu uma abordagem minuciosa dos desafios de preservação que os centros históricos demandavam, apontando para as necessidades de se promover reestruturações urbanísticas, reordenamentos viários e revisões de equipamentos urbanos em sincronia com a adoção de critérios e metodologias de conservação e restauro de bens culturais percebidos em diferentes suportes (objetos arqueológicos, arquitetônicos, pictóricos e escultóricos). Esta Carta propunha, ainda, o estabelecimento de uma tutela sobre os centros históricos. Suas formulações inspiraram, no ano seguinte, a redação da Declaração de Amsterdã¹⁵, documento que proclamava o patrimônio arquitetônico europeu como patrimônio mundial e que propunha a adoção, pelas cidades, do conceito de conservação integrada: um modelo de gestão de centros históricos que nascia munido de instrumentos de planejamento urbano e regional, de ferramentas de reconhecimento das dimensões patrimoniais ambientais e urbanas, ou ainda, de mecanismos de valoração distinta dos bens culturais em seu interior.

Estes tratados e documentos foram seguidos pela *Recomendação de Nairóbi*¹⁶, carta atenta à preservação dos conjuntos históricos ou tradicionais; pela *Carta de Machu Picchu*¹⁷, manifesto que propôs o conceito e trato da cidade-região, e que

¹² CARTA de Veneza, mai. 1964. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

¹³ RECOMENDAÇÃO de Paris, nov. 1964, 13ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

¹⁴ CARTA do Restauro, abr. 1972, Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauro%201972.pdf>>.

¹⁵ DECLARAÇÃO de Amsterdã, out. 1975, Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

¹⁶ RECOMENDAÇÃO de Nairóbi – UNESCO, nov. 1976, 19ª Sessão UNESCO. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

¹⁷ CARTA de Machu Picchu, dez. 1977, Encontro Internacional de Arquitetos. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Machu%20Picchu%201977.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

ofereceu parâmetros para se enfrentar problemas gerados pelos adensamentos urbanos.

No âmbito do turismo, foi nos anos 1970 que o segmento conquistou um novo reconhecimento nas esferas da economia, cultura e sociedade, inaugurando-se um período de importantes produções e subscrições internacionais relacionadas a aplicação dos princípios do Convênio da UNESCO de 1972. E nesta trajetória, a OMT desempenhou papel central na formação e educação turística, na liberação de formalidades de fronteiras e viagens, na ampliação de competências das administrações nacionais de turismo, entre outras frentes.

Nos anos 1980, a Carta de Florença¹⁸ centrou-se na manutenção, conservação, restauração, utilização e proteção dos jardins históricos e sítios; a Declaração de Tlaxcala¹⁹ retomou o foco sobre os centros históricos e em especial, sobre sua fragilidade, abordando em novos termos os desafios da preservação, ou ainda, as responsabilidades e limites de intervenção e uso; a Carta de Washington²⁰, definiu cidade histórica e estabeleceu orientações sobre a salvaguarda de bairros; a Carta do Patrimônio Vernáculo Construído focou a arquitetura vernacular; a Carta de Petrópolis²¹ definiu sítio histórico e ofereceu recomendações de ações de conservação; a *Carta Internacional para a conservação de populações e áreas urbanas históricas*, também conhecida como Carta de Washington²², estabeleceu recomendações específicas acerca da preservação dos sítios históricos, mas com atenção especial sobre suas populações.

Nessa mesma década, as instâncias internacionais também promoveram um alargamento do conceito de patrimônio cultural. A Carta de Burra²³ revisitou o conceito de bens culturais, compreendendo-os como *documentos* dotados de *significação cultural*, ou ainda, valores socioculturais próprios, decorrendo deste entendimento outros procedimentos de conservação, manutenção, preservação, restauração, reconstrução, adaptação, uso compatível. A Declaração de Nairóbi²⁴, produzida pela

¹⁸ CARTA de Florença, mai. 1981, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenc%CC%A7a%201981.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

¹⁹ DECLARAÇÃO de Tlaxcala, out. 1982, ICOMOS, 3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Tlaxcala%201982.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

²⁰ CARTA de Washington, 1986, ICOMOS, Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

²¹ CARTA de Petrópolis, 1987, IPHAN, 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

²² CARTA de Washington, 1987, ICOMOS, Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

²³ CARTA de Burra, 1980, ICOMOS. Disponível em: <<https://claudiaporto.files.wordpress.com/2010/11/1980-carta-de-burra.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

²⁴ DECLARAÇÃO de Nairóbi, 10 a 18 de maio de 1982, Quênia, Assembleia Mundial dos Estados, UNEP – Organização das Nações para o Meio Ambiente. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Nairobi%201982.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente/ UNEP, revisitou as recomendações de proteção e melhoramento do meio ambiente, geradas pela UNESCO em 1972. A Declaração do México²⁵ estabeleceu novo entendimento sobre cultura, identidade cultural e patrimônio cultural, observando-as à luz das questões de desenvolvimento, democracia, educação e comunicação. A Carta Internacional para a Conservação de Populações e Áreas Urbanas Históricas²⁶, já citada, ampliou o entendimento de núcleo urbano, compreendendo-o como um povoamento (cidades, vilas, povoados) imerso num dado ambiente natural que exigia outras atenções e cuidados na contemporaneidade²⁷.

Na esfera propriamente turística, a *Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial*²⁸ discutiu o desenvolvimento do turismo à luz da qualidade e gestão de sua oferta, mantendo atenção sobre o patrimônio cultural e o meio ambiente natural, social e humano. Esta declaração registrou, também, a presença dos novos temas de preservação e propôs estudos sobre a capacidade de carga dos destinos e uma atenção particular para com a ordenação turística nos territórios. As questões levantadas pela Declaração promoveram uma nova reunião e a geração, em 1982, do Documento de Acapulco²⁹; declaração que trouxe novas recomendações sobre a proteção e preservação do meio ambiente, da estrutura ecológica e do patrimônio natural, histórico e cultural, mantendo atenção sobre a utilização qualitativa dos recursos turísticos, com a afirmação da autenticidade, com a educação e o respeito aos turistas e à população local. Em 1985, a *Carta do Turismo e o Código do Turista*³⁰ lançou as bases de um código de conduta para os agentes turísticos e os turistas, afirmando a necessidade de se difundir informações acerca da preservação das riquezas artísticas, arqueológicas, culturais, na busca de promover respeito mútuo entre os visitantes e os residentes. Em 1989, com base na Conferência interparlamentar sobre Turismo, firmou-se a *Declaração de Haya sobre o Turismo*³¹, documento que atentava para a importância de uma gestão racional do turismo para

²⁵ DECLARAÇÃO do México, 1985. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

²⁶ CARTA Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDDASCIDADES HISTORICAS.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

²⁷ No mesmo período, deu-se no Brasil o I Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização dos Centros Históricos, promovido pelo ICOMOS Brasil. Disponível em: <<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/seminario-brasileiro-sobre-os-centros-historicos.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

²⁸ A Conferência Mundial de Turismo realizada em Manila (Filipinas) em 1980 adota a *Declaração de Manila sobre o turismo mundial*. Disponível em: <<http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/unwto/declarations.1980.6.6.1>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

²⁹ A Conferência Mundial de Turismo em Acapulco (México) adota o documento *Acapulco*. Disponível em: <<http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/unwto/declarations.1982.8.6.1>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

³⁰ A VI Assembleia Geral da OMT, realizada em Sofia (Bulgária), em 1985, adota a *Carta do Turismo e o Código do Turista*. Disponível em: <<http://www.apiepr.org/files/carta-codigo-turista.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

³¹ Conferência Interparlamentar do Turismo, organizado conjuntamente com a União Interparlamentar, adota a *Declaração de Haia sobre Turismo*. VIII Assembleia Geral da OMT, Paris, 1989.

se alcançar desenvolvimento socioeconômico, ancorado na proteção e melhoria do ambiente físico, do patrimônio e da qualidade de vida. Nos anos 1980, ainda, aprimoraram-se os instrumentos de planejamento com atenção sobre a conservação e proteção do patrimônio cultural e ambiental, com os limites de desenvolvimento turístico e ainda, com a qualidade das relações entre visitantes e residentes.

A década de 1990 teve início com a proposição, pela ONU, do Programa 21³² e do conceito de desenvolvimento sustentável durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento³³ realizada no Rio de Janeiro. Firmaram-se, então, 27 princípios relacionados com as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável, e que deveriam se fazer presentes nos caminhos e proposições mundiais de desenvolvimento.

Na mesma década, os órgãos internacionais firmaram a Carta de Lausanne³⁴ para tratar do patrimônio arqueológico e das políticas de conservação integrada; a Declaração de Quebec sobre a Proteção dos Conjuntos Urbanos Históricos em Tempos de mudanças, estabeleceu relações de colaboração e apoio entre as cidades históricas do mundo e lançou as bases da *Organização das Cidades do Patrimônio Mundial* (OCPM); a Carta sobre Ética do Turismo e Meio Ambiente³⁵, redigida no Rio de Janeiro em evento da Aliança Internacional do Turismo (AIT), Federação Internacional do Automóvel – FIA e OMT, firmou as bases de uma prática turística ética e comprometida com a proteção do patrimônio cultural, atenta ao comportamento dos turistas e dos gestores do segmento; a Carta de Fez³⁶ surgiu da nova *Organização das Cidades do Patrimônio Mundial* (OCPM), criada em Fez/Marrocos com a participação de 174 cidades inscritas na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO; a Carta das Cidades Europeias pela Sustentabilidade ou Carta de Aalborg³⁷ propôs diretrizes de sustentabilidade nos espaços urbanos com base no Programa 21, conferindo papel particular as entidades locais ou municipais; a Declaração de Osaka sobre Turismo introduziu o conceito de sustentabilidade aplicado ao turismo, atentando para os impactos do turismo na sociedade e no meio ambiente (sobre as culturas tradicionais, estilos de vida e exploração de grupos vulneráveis), bem como para a responsabilidade dos turistas; a Conferência de Nara³⁸

³² Programa 21. ONU, 1991. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

³³ DECLARAÇÃO do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ONU, 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

³⁴ CARTA de Lausanne, ICOMOS, 1990. Carta para Gestão e Proteção de Patrimônio Arqueológico. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

³⁵ CARTA sobre Ética do Turismo e Meio Ambiente, OMT, 1992. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Codigo_Mundial_de_Etica_no_Turismo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

³⁶ CARTA de Fez, OCPM, 1993. Disponível em: <<http://conservacion.inah.gob.mx/normativa/wp-content/uploads/Documento198.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

³⁷ CARTA das Cidades Europeias pela Sustentabilidade ou CARTA de Aalborg, DOCTO, 1994. Disponível em: <http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/ag21_carta_de_aalborg.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

³⁸ CONFERÊNCIA de Nara, UNESCO, ICCROM, ICOMOS, 1994. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

abordou o conceito de diversidade cultural e discutiu questões relacionados aos “valores e autenticidade”; a Carta de Brasília³⁹ retomou a problemática da “autenticidade” para aborda-la a luz “de uma cultura sincretista e de uma cultura de resistência”; a Declaração de Samarkanda (UNESCO/ OMT, 1994) estabeleceu as bases do programa de turismo cultural na “Rota da Seda”; a Carta de Lanzarote ou Carta do Turismo Sustentável⁴⁰, proclamada pela Conferência Mundial sobre Turismo Sustentável, deu continuidade às formulações do Rio de Janeiro feitas em 1992 e, com base nos convênios da ONU relativos ao turismo, meio ambiente, conservação do patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável, assinalou a ambivalência da atividade turística, firmando a necessidade de se criar e desenvolver instrumentos de planificação e gestão integrada⁴¹ entre os campos da preservação e do turismo; a Declaração de Accra (UNESCO e OMT, 1995) tratou do programa de turismo cultural “A Rota dos Escravos”; a Declaração de Buenos Aires (OMT, 1995), tratou da contribuição do turismo na conservação dos atrativos culturais; a Conferência Internacional sobre Cidades Históricas e Turismo Sustentável, em Bath/ Reino Unido (ICOMOS e International Monument Trust do Reino Unido, 1995) aprimorou e especificou essas diretrizes no Reino Unido; a Conferência sobre Patrimônio com o tema: “Making Historic Cities liable” (ICOMOS,1996) tratou do turismo sustentável em Israel; o Protocolo de Bergen (OCPM, 1995) aprimorou o intercâmbio de informações e registrou o interesse de se estabelecer relações de cooperação entre as cidades da OCPM e a Comissão Europeia; a carta intitulada Recomendação R sobre a conservação integrada das Áreas de Paisagens Culturais como Integrantes das Políticas Paisagísticas⁴² definiu paisagem cultural; a Declaração de Sofia⁴³ lançou o conceito de pluralismo cultural; O Chamamento de Évora⁴⁴ tratou das perspectivas de desenvolvimento turístico afinadas com os trabalhos de salvaguarda da vitalidade e caráter das cidades históricas; a Carta de Mar del Plata sobre Patrimônio Intangível⁴⁵

³⁹ CARTA de Brasília, IPHAN, 1995. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁴⁰ CARTA de Lanzarote ou Carta do Turismo Sustentável, OMT, 1995. Disponível em: <<http://www.turismo-sostenible.org/docs/Carta-del-Turismo-Sostenible.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁴¹ Essa Declaração deu origem nos anos 1990, a um grande volume de documentos no segmento turístico, entre eles: a Declaração de Manila (atenta aos efeitos sociais do turismo), a Declaração de Montreal (portadora de uma visão humanista e social do turismo), a Declaração de Madri (sobre o desenvolvimento dos recursos humanos no segmento), a Ata de Copenhague (sobre turismo social), a Carta de Lisboa (sobre turismo de 3ª idade), além de documentos de âmbito regional, como a Carta Mediterrânea do Turismo, a Declaração de Barcelona, a declaração de Malta, a Declaração de Male, entre outras.

⁴² RECOMENDAÇÃO R sobre a conservação integrada das Áreas de Paisagens Culturais como Integrantes das Políticas Paisagísticas, Conselho da Europa, 1995. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Europa%201995.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁴³ DECLARAÇÃO de Sofia, ICOMOS, 1996. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sofia%201996.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁴⁴ CHAMAMENTO de Évora, OCPM e ICOMOS, 1997. Disponível em: <<http://conservacion.inah.gob.mx/normativa/wp-content/uploads/Documento210.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁴⁵ CARTA de Mar del Plata sobre Patrimônio Intangível, MERCOSUL, 1997. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Mar%20del%20Plata%201997.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

tratou do **patrimônio imaterial** e dos desafios de “**integração cultural**” na América do Sul; a Carta de Fortaleza⁴⁶ estabeleceu estratégias e formas de proteção do patrimônio imaterial no Brasil; a Declaração de Khiva sobre Turismo e Conservação do Patrimônio Cultural (1999, UNESCO, OMT, com colaboração do Conselho da Europa, ICOMOS e OCPM) firmou relações entre o turismo e a conservação patrimonial; a Carta Internacional sobre Turismo Cultural. Gestão do Turismo em Sítios com Patrimônio Significativo⁴⁷ detalhou questões relacionadas à conservação patrimonial; o programa “Cultura, Espiritualidade e Turismo para a Cultura da Paz” (UNESCO, OMT, 1999) clamou pela participação das instituições e organismos internacionais na conservação do patrimônio mundial.

A década de 1990 demarcou, enfim, um novo tempo nas relações entre turismo e preservação patrimonial. Relações que nasceram fruto de uma sincronia fina de leituras e caminhos iniciados ainda na década de 1970 pela ONU e UNESCO; que se fizeram orientar pelos trabalhos árduos da OMT e do ICOMOS e que deram lugar a fundamentos caros, entre eles, o de turismo sustentável, um conceito que nasceu afinado com os propósitos de gestão compartilhada entre o patrimônio e o turismo.

Estes caminhos alcançariam fortes desdobramentos nas décadas seguintes registrando-se as *Recomendações de Paris*⁴⁸ que tratou da salvaguarda do patrimônio imaterial; a Declaração de XI'AN sobre a Conservação do Entorno, sítios e áreas do Patrimônio Cultural⁴⁹ que expandiu as medidas conservativas para o entorno dos sítios e áreas patrimoniais; a Recomendação Europeia para a Conservação e Restauo do Patrimônio Cultural que refinou as medidas conservativas do patrimônio europeu (ENCORE, ECCO, ICCROM, 2009); as Orientações técnicas para aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial⁵⁰, que ofereceu parâmetros técnicos para a conservação do patrimônio mundial, ou ainda, o Documento de Madri ou Critérios para a conservação do Patrimônio Arquitetônico do Século XX⁵¹, carta atenta a conservação dos bens arquitetônicos do século XX⁵². Numa perspectiva complementar, data das últimas duas décadas a proposição de leituras e medidas de conservação sofisticadas, como a de Itinerários Culturais, conceito que ganhou forma

⁴⁶ CARTA de Fortaleza, IPHAN, 1997. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁴⁷ CARTA Internacional sobre Turismo Cultural, Gestão do Turismo em Sítios com Patrimônio Significativo, ICOMOS, 1999. Disponível em: <http://www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁴⁸ RECOMENDAÇÕES de Paris, ONU, 2003. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁴⁹ DECLARAÇÃO de XI'AN sobre a Conservação do Entorno, sítios e áreas do Patrimônio Cultural, ICOMOS, 2005. Disponível em: <<http://www.icomos.org/charters/xian-declaration-por.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁵⁰ ORIENTAÇÕES técnicas para aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, ONU, 2011. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.doc>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁵¹ DOCUMENTO de Madri ou Critérios para a conservação do Patrimônio Arquitetônico do Século XX, ICOMOS, 2011. Disponível em: <<http://oasrs.org/media/uploads/icomos.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁵² Nesse contexto vemos se dar a *Carta de Nova Olinda* (2009, IPHAN) que trata da avaliação e planejamento das Casas de Patrimônio e a *Carta dos Jardins Históricas* (2010, IPHAN) sobre a preservação desta modalidade de bens culturais e ambientais.

entre os anos 1993 e 2005 (levado pelo ICOMOS e o Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO) e deu origem, em 2005, a uma nova categoria de patrimônio cultural da humanidade. Em 2008, eles receberam diretrizes de desenvolvimento da Carta de Itinerários Culturais⁵³, ou ainda, da Declaração de Québec sobre a preservação do “*spiritu loci*”⁵⁴, podendo-se contemplar em seu interior a alta qualidade alcançada nesta sincronia de trabalhos.

Os avanços na compreensão dos processos e fenômenos culturais, enfim, ganharam novas dimensões ao se aproximar do campo que elegeu a circulação e fruição contemporânea como objeto de estudos e entendimento, valendo observar que, deste mesmo alargamento de contatos e trocas entre as sociedades do mundo, tornou-se possível alargar os entendimentos de cultura.

Nós temos muito a resgatar, estudar e aprender com a trajetória de diálogos, interações e realizações firmadas nas últimas décadas, entre os campos do patrimônio e do turismo em escala nacional e internacional. Temos, também, muito a discutir... uma vez que, no Brasil, a questão da preservação patrimonial ainda ocupa um lugar secundário no *cotidiano de nossas vidas*; *dificuldade* que vem se ampliando, ora motivada pela velocidade dos deslocamentos populacionais que, a todo momento, promovem reconfigurações de nossos espaços urbanos e rurais; ora pelas descontinuidades e interrupções dos programas, equipes, estruturas, políticas das esferas de cultura e patrimônio; ora pelo pouco alcance destes conceitos que, pela sua própria natureza, se constituem mutantes.

Assim, apesar do avanço e da ampliação do entendimento de patrimônio, ainda encontramos dificuldades imensas para elaborar e implementar estratégias que consigam articular o reconhecimento e a valorização do patrimônio associada ao desenvolvimento do turismo. Neste sentido temos reunido esforços de uma equipe interdisciplinar para pensar num modelo de desenvolvimento regional para a microrregião de Bananal, no Vale do Paraíba Paulista, que possa superar o entendimento e as ações superficiais e de senso comum nas quais o Turismo, ainda que incipiente, na região tem se apoiado ao longo do tempo.

Entre estes esforços, temos investigado com maior profundidade as proposições e experiências turísticas que levaram este território a se definir como “Vale Histórico” paulista, atentando para os diálogos, interações e realizações que, nas últimas décadas, se firmaram entre os campos do turismo e da preservação. Por outro lado, em meio aos seus descompassos e dificuldades, temos avançado no estudo das contradições com vistas a ampliar nossos referenciais e apontar formas alternativas de interação e gestão entre os campos da preservação cultural e do turismo numa região dotada, efetivamente, de riquíssimas tradições culturais.

⁵³ CARTA de Itinerários Culturais, ICOMOS, 2008. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/glaucofabbri/carta-itinerarios-culturais2008>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁵⁴ DECLARAÇÃO de Québec sobre a preservação do “*Spiritu loci*”, ICOMOS, 2008. Disponível em: <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

O Vale Histórico Paulista: Para Além dos Barões do Café

“Sem o caipira, esse home, messê morria de fome por não tê o que comê.
(Elpídio dos Santos, um compositor regional)

Areias, Bananal, Silveiras, São José do Barreiro e Arapeí; estes municípios que ainda hoje permanecem interligados por uma velha estrada paulista, mantém vivas características recuadas de produção e de circulação. Com uma diminuta população, a sobrevivência de certas formas de vida ilumina heranças que se constituem mais antigas do que a cafeicultura, ou ainda, do que o tropeirismo. A presença de tradições caipiras nesta porção do Estado de São Paulo nos coloca diante de dinâmicas tão importantes quanto singulares à história paulista, cabendo-nos considerar, antes de mais nada, que a forte presença tropeira na área, entre os séculos XVIII e XIX, não só deixou marcas profundas como conquistou condições de existência com base numa outra dinâmica: numa *economia de abastecimento* que já se encontrava estruturada para recebê-lo.

Nas origens de ocupação do Vale do Paraíba, entre os séculos XVI e XVIII, as populações que se fixaram nesta porção do território paulista se fizeram marcadas por um profundo isolamento, por uma mobilidade restrita e por um forte temor do sertão. Agrupadas no interior de antigas sesmarias dispersas por uma grande região, estas populações sobreviviam de roças de mantimentos (milho, feijão, arroz, amendoim, fumo) e de um comércio de beira de caminho que, a depender da perenidade das trocas, podiam se transformar num ponto de passagem ou num entreposto, acrescentando-se então o fornecimento de outros gêneros ali produzidos ou criados (farinhas, melado, açúcar, aguardente, suínos, galinhas, tecidos rústicos). Muitos povoados nasceram desta forma e trouxeram consigo marcas singulares, entre elas, certas limitações de “desenvolvimento do trabalho artífice” em razão da “insipiência das trocas” ou ainda, sérias dificuldades para assumir “uma estruturação sócio econômica mais desenvolvida”⁵⁵.

As rotas mercantis que cruzaram esta porção de sertão paulista deram oportunidade para a formação de povoados, assim como a produção e compartilhamento de víveres sustentou estas rotas e caminhos, podendo-se estabelecer conexões diretas entre a dinâmica das estradas e o desenvolvimento dos povoados.

Foi desta forma que, no século XVIII, o povoado de Piedade, hoje Lorena, se destacou como a última fronteira na direção norte da capitania de São Paulo; era ali que se dava a travessia do Rio Paraíba rumo às “minas gerais” pela Serra da Mantiqueira; era dali que as tropas subiam com mantimentos e desciam com carregamentos de ouro em direção aos portos de Parati, Mambucaba ou Ubatuba, ou para a Vila de São Paulo. E foi dali, no final deste mesmo século, que surgiu um novo caminho: uma rota que seguia por terra para a cidade do Rio de Janeiro facilitando o transporte de ouro e, acima de tudo, de um leque de gêneros de abastecimento que,

⁵⁵ *Gazeta Valeparaibana*. Disponível em: <<http://www.gazetavaleparaibana.com/volume1.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

descendo da Mantiqueira ou surgindo dos povoados paulistas, seguia adiante para sustentar uma região em intenso crescimento. Em pouco tempo, as imediações de Piedade se firmaram como uma zona de entroncamento de três Capitânicas (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), seguindo o novo caminho da Piedade por terras que veriam nascer as vilas de Areias e de Bananal. Por este mesmo caminho, marcado pelo trânsito de gêneros de abastecimento que, procedente dos sertões fluminenses, as primeiras lavouras cafeeiras no território paulista.

Passado o tempo, a somatória de distintas dinâmicas – de abastecimento, tropeirista, cafeeira – daria forma a outras relações de comércio, de migração, de urbanização, misturando-se na memória da região, os contornos e meandros destas associações. A imponência dos testemunhos edificadas do período cafeeiro, ou ainda, a força das reminiscências tropeiras, de qualquer forma, manteriam em segundo plano os testemunhos caipiras de abastecimento; testemunhos, por sua vez, que permaneciam presentes nas estratégias de vida, nas práticas celebrativas e nas percepções de mundo destas populações. As evocações turísticas que ocorreram na Microrregião de Bananal das últimas décadas podem ser tomadas, neste caso, como fenômenos históricos, assim como a fragilidades de suas referências.

Por outro lado, a sobrevivência de certas dinâmicas de abastecimento no século XXI nos ajudaria a compreender certo fenômeno: o de que, mesmo registrando os mais baixos índices de IDH da Região Metropolitana de São José dos Campos, a Microrregião de Bananal mantinha-se produtiva, identitária e resistente em seus caminhos singulares de desenvolvimento.

Descompassos Entre o Patrimônio, o Turismo e o Desenvolvimento

A microrregião de Bananal, localizada no extremo leste do Estado de São Paulo entre os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, em meio às serras da Mantiqueira e do Mar (contrafortes da Serra da Bocaina), vem recebendo nas últimas décadas uma atenção particular do segmento turístico. Região imersa entre escarpas de duas serras, marcada por áreas de proteção ambiental, por parques estaduais e por certa distância dos processos contemporâneos de industrialização, há tempos vem merecendo esforços de incorporação de parte de seus recursos ambientais e testemunhos culturais às dinâmicas turísticas⁵⁶.

⁵⁶ Ver: ANTONIO FILHO, Fadel David. *O “caminho novo”*: o vale histórico da Serra da Bocaina – opulência e decadência da sub-região paraibana paulista (reintegração de um espaço geográfico ‘deprimido’). Tese (Livres-Docência em Geografia). Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 2009. GAGLIARDI, Clarissa Maria Rosa. *As cidades do meu tempo*: a experiência do turismo em Bananal - SP. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. MAMBERTI, Marina. *Planejamento regional do turismo no Vale do Paraíba*: estudo de caso na micro-região de Bananal - SP. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 2006. CESAR, Pedro de Alcântara Bittencourt & STIGLIANO, Beatriz Veroneze. “Patrimônio rural e sua relação entre o local e o visitante: um estudo de Bananal (SP)”. *Rosa dos Ventos*, vol. 4, n. 2, abr./jun. 2012, p. 136-157. Disponível em: <<http://ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/>>. SANTOS, Moacir José dos; HANAOKA, Fernanda & CARNIELLO, Mônica Franchi. “Turismo e desenvolvimento na microrregião de Bananal – SP”. In: *Anais do VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: SÆCULUM – REVISTA DE HISTÓRIA [35]; João Pessoa, jul./dez. 2016. **169**

Areias (1816), Bananal (1832), Silveiras (1842), São José do Barreiro (1859) e mais recentemente Arapeí (1991), são municípios detentores do que poderíamos considerar como “tradição turística” por registrar, há algumas décadas, a presença de empreendimentos e associações que, em parceria com o poder público, tem operado na identificação de recursos, na estruturação de atrativos e na sedimentação de um leque produtos.

Os esforços presentes nessa microrregião também têm contado há cerca de cinquenta anos com insumos e políticas regionais voltadas a impulsionar o que se acreditou e o que ainda se acredita ser uma vocação regional, valendo observar que estes cinco municípios registram histórias semelhantes às de outros municípios presentes num território turístico de maior abrangência que há um bom tempo se encontra em constituição.

Os estímulos turísticos no Vale do Paraíba se confundem com a emergência de novas/ outras dinâmicas de desenvolvimento que ganharam forma nesta porção do território paulista a partir dos anos 1950 com a abertura da Rodovia Presidente Dutra, a Via Dutra. Marco de modernização nas relações centenárias entre São Paulo e Rio de Janeiro, o novo eixo viário já despontava em finais dos anos 1970 como o “maior corredor industrial do país”, mostrando-se capaz de gerar, em cerca de 30 anos, um crescimento industrial de 330% na Região Administrativa de São José dos Campos (criada em 1967) e de então elevar sua população para 830.421 habitantes.

A proposição e implantação de uma *perspectiva turística* para a área que se faria conhecer como *Vale Histórico* respondia à diferentes motivações e, em razão de sua importância, pelo tombamento do Sobrado Valim em Bananal (pelo Condephaat em 1972), da Estação Ferroviária de Bananal (pelo Condephaat em 1974) e da inventariação de cerca de 500 propriedades agrárias pelo IPHAN, no final da década de 1970. Nos anos 1980, a área recebeu o tombamento da sede da Fazenda Resgate em Bananal, da Casa de Câmara e Cadeia, da Casa do Capitão-mor e de sobrados nas ruas 9 de julho e 15 de novembro em Areias, além da Fazenda Pau D’Alho em São José do Barreiro e do Sobrado do Capitão Silveira em Silveiras (pelo Condephaat em 1982); a criação da APA de Silveiras (por Lei Estadual n. 4100 de 1984, compreendendo a totalidade do território do município); a criação da Estação Ecológica de Bananal (criada por Lei estadual de 1987), ocorrendo ainda a elevação do município de Bananal à condição de Estância Turística do Estado de São Paulo (1987). Nos anos 1990, Bananal teve seu centro histórico tombado pelo CONDEPHAAT (1991); os cinco municípios agrupados na Microrregião administrativa de Bananal (criada em 1994), além de São José do Barreiro também receber o enquadramento de Estância Turística (1998)⁵⁷.

UNISC, 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/index>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁵⁷ MOREIRA, Mário José & MANOLESCU. Friedhilde M. K. “Turismo de negócio”. In: VII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IV Encontro Americano de Pós-Graduação. *Anais*. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2004, p. 1559-1563. Disponível em <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2004/trabalhos/epg/pdf/EPG6-3.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016. ESCOLA de Comunicações e Artes – USP. *Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do*

Numa perspectiva complementar, o turismo no *Vale Histórico* iluminou, ao mesmo tempo em que deu forma a um fenômeno mais amplo de desenvolvimento nesta porção do território paulista. Muitas foram as cidades, as regiões e microrregiões do Vale do Paraíba que experimentaram trajetórias semelhantes, valendo observar que em meados da década de 1990, o *Consórcio Intermunicipal do Polo Turístico do Cone Leste Paulista*, em parceria com a agência *Via Vale*, fazia nascer seis circuitos turísticos com o propósito de “atrair, organizar e distribuir os visitantes na Região do Vale do Paraíba”. Lançados em 1996, os circuitos “Alto Paraíba”, “Costa Verde”, “Rota da Fé”, “Serra da Mantiqueira”, “Tecnológico Cultural” e “Vale Histórico” já contabilizavam, seis anos depois, a presença de 13 milhões de turistas na região⁵⁸.

Por várias décadas, Areias, Bananal, Silveiras, São José do Barreiro e Arapeí (a partir dos anos 1990) foram estimulados a desenvolver e implementar atividades e empreendimentos turísticos em razão de uma ausência de alternativas. Os resultados econômicos obtidos até princípios dos anos 2000, no entanto, foram insatisfatórios. Se entre os anos 1970 e princípios dos anos 1980 estes municípios conquistaram uma melhoria significativa no IDH (educação, longevidade, renda), nos anos 1980 e 1990, a completa ausência de melhorias inseriu seus índices entre os mais baixos da Região Administrativa de São José dos Campos, constando em princípios dos anos 2000, que Bananal contabilizava apenas 1% da população da Região Administrativa e que sua Microrregião perdera cerca de 9% da população.

Em 2002, o *Circuito Vale Histórico* contabilizava apenas 1,73% de Valor Adicionado Fiscal (VAF) frente aos 81,36% Circuito Tecnológico e Cultural, valendo observar que desde a criação do *Consórcio Intermunicipal do Polo Turístico do Cone Leste Paulista* (criado em 1996 para desenvolver o turismo em 39 municípios do chamado Cone Leste Paulista), o *Vale Histórico* reunia, além da Microrregião de Bananal (criada em 1994), os municípios de Cunha, Cruzeiro, Lavrinhas, Piquete e Queluz, além de somar à temática do café, os temas do algodão e do tropeirismo⁵⁹.

Data do mesmo período a inclusão do SEBRAE-SP nas estruturas de gestão regional e de uma pequena melhora nos indicadores constando que, entre 2006 e 2008, o *Circuito Turístico do Vale Histórico* registrou um aumento de 20,9% de turistas, 32% na oferta de atrativos formatados, 15,5% no número de refeições, 30% de passeios vendidos, além de contar com o aumento do tempo de permanência do turista na região.

A Microrregião de Bananal, por sua vez, permaneceria com baixos índices de desenvolvimento regional numa trajetória de dificuldades que levou a Região Metropolitana no Vale do Paraíba e Litoral Norte em formação, entre os anos 2011 e 2012, a obter e repassar através da Secretaria Estadual de Turismo/ Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias os valores de R\$ 6.636.990,83 para a

Município de São José do Barreiro. São José do Barreiro: Prefeitura Municipal de São José do Barreiro; São Paulo: ECA-USP, 2016.

⁵⁸ *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 jun. 2002.

⁵⁹ MOREIRA & MANOLESCU, “Turismo de negócio”.

Estância Turística de Bananal e de R\$ 1.675.941,72⁶⁰ para a Estância Turística de São José do Barreiro para atender suas demandas turísticas.

Os índices de desenvolvimento econômico da microrregião, de qualquer forma, já colocavam em questão sua vocação turística. Diferentemente de outras porções do Vale do Paraíba, o Vale Histórico parecia enfrentar dificuldades internas, ainda que contando com representações e proposições de circulação próprias, com atrativos e roteiros consolidados, com associações, projetos e tentativas de constituição de circuito turístico. Mais do que dificuldades, a microrregião de Bananal enfrentava resistências internas às formas de leitura e gestão em curso, como se um dado sentido de turismo não encontrasse acolhida entre os códigos culturais, as dinâmicas sociais, as tradições e formas de vida vigentes nos municípios.

Mas, os problemas estariam no âmbito da vocação turística ou na escala das concepções e formas de operação turística?

O turismo no Vale do Paraíba surgiu em meio aos processos de modernização das conexões entre São Paulo e Rio de Janeiro, fenômeno de modernização que provocou, entre outros aspectos, uma mudança de eixo de desenvolvimento regional; a Rodovia Presidente Dutra, inaugurada em 1951, ocupou o lugar da antiga Estrada Imperial entre São Paulo e Rio de Janeiro, via centenária que cumpria funções vitais para toda uma porção do Vale paraibano.

A introdução do turismo nos municípios diretamente impactados pelo esvaziamento da antiga estrada nasceu associado – inevitavelmente – às transformações que os levaram à marginalidade e, no caso do Vale Histórico, com um agravante: a incumbência de que suas cidades celebrassem o passado. Enquanto alguns municípios contavam com novos caminhos de desenvolvimento, outros, impactados pelo deslocamento do principal eixo viário regional, assumiam a responsabilidade de rememorar outros tempos; tempos, aliás, bem definidos. Para receber o segmento, tratava-se de configurar uma paisagem turística firmada no entendimento de que seus municípios guardavam bens edificados, costumes e formas de vida expressivos da economia que conferira riqueza e empoderamento à região: a economia cafeeira do século XIX.

Com a colaboração dos órgãos de preservação (do IPHAN e do recém-criado CONDEPHAAT), diversas fazendas, capelas e senzalas; edificações e espaços urbanos datados foram identificados e em alguns casos tombados, acreditando-se que o turismo colaboraria com a preservação. Por outro lado, tratava-se de rememorar costumes e formas de vida alusivos ao período cafeeiro, mas como fazer isso se há muito tempo estas práticas e referências se encontravam ausentes das dinâmicas internas? Monteiro Lobato já caracterizara os municípios nas primeiras décadas do século XX como “Cidades Mortas” podendo-se aferir que no período de abertura da Via Dutra, as relações imateriais com o universo cafeeiro se achavam ainda mais frágeis⁶¹.

⁶⁰ RELATÓRIO do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias. Pedidos de liberação às estâncias paulistas. Disponível em: <http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia_tour.php?cod_menu=57>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁶¹ LOBATO, J.B. Monteiro. *Cidades mortas*. 20 ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

Deslocados do novo eixo viário e incumbidos de adotar uma vocação turística cujas características se constituíam em diversos sentidos, estranhas ao seu tempo presente, o fato é que estes municípios só poderiam oferecer como atrativos seus recursos naturais, espaços e edificações (rurais e urbanas) por vezes em ruínas, e o compartilhamento de tradições culturais fortes, laços econômicos consistentes e relações sociais singulares.

Em princípios dos anos 2000, Clarissa Gagliardi produziu um importante estudo sobre o desenvolvimento do segmento turístico em Bananal. Interessada em refletir sobre as formas de interação em curso, ou ainda, sobre as tensões que ali se achavam presentes, Gagliardi notou o distanciamento que então se colocava entre “a lógica do turismo” e a “necessidade [dos municípios] de se reinserirem, a partir dos seus suportes, dos seus próprios recursos culturais nessa nova atividade”; recursos culturais que envolviam um legado patrimonial (em termos jurídicos) nem sempre dotado de valor simbólico. Segundo a pesquisadora, parte da população entrevistada não se reconhecia “naquela paisagem que é histórica, mas que parece não ter direito a esse título” por, aparentemente, não pertencer a ninguém e se achar “à disposição de quem melhor souber aproveitá-lo”. Apesar de tombada pelo patrimônio do Estado, Bananal surgia como “uma cidade histórica que não se reconhece como tal”, desprovida de recursos públicos e também de recursos privados, além de fragilizada por uma população não envolvida em sua preservação. Já o turismo mostrava-se capaz de se apropriar, “sustentar um capital simbólico” e atuar como um “processo cristizador de determinadas identidades”, sendo-lhe possível constituir “espaços de inclusão e participação, ao mesmo tempo [...] que [...] sutilezas que geram exclusão e que dividem territórios, físicos ou imaginários”, revelando-se “um ambíguo instrumento capaz de manter desigualdades e reforçar dominação ou gerar emancipação, revisão de valores afetivos, subjetivos e identitários”. Nas palavras de Gagliardi: “Em meio a essa busca por novas alternativas para gerar emprego e renda, o artesanato foi percebido como um aspecto a ser aproveitado pelo turismo”, ao mesmo tempo que aceito por grande parte da população, valendo considerar que, “sem aprisionar as pessoas em identidades cristalizadoras”, ele foi “capturado pelos olhares mais empreendedores como elemento capaz de ser associado à noção de identidade a ser veiculada ao turista”⁶².

Esse desinteresse e desapego dos moradores para com os bens históricos herdados se faria confirmado dez anos depois pelo projeto FAPESP “Patrimônio cultural do Vale Histórico Paulista: análise da vulnerabilidade às mudanças climáticas”. Nele, a historiadora Silvia Helena Zanirato atentava para o estado de conservação das edificações, muitas delas alteradas “sem a devida comunicação aos órgãos de proteção do patrimônio histórico”, constando a presença de 195 construções urbanas e rurais (construídas com técnicas de taipa de pilão e pau a pique e emprego de “compósitos argilosos, madeiras, metais e derivados de fibras naturais”) em sérias dificuldades. Em seu conjunto, 65 casas urbanas e rurais do período do café

⁶² GAGLIARDI, Clarissa Maria Rosa. “As cidades do meu tempo: a experiência do turismo e Bananal - SP”. Relatório de pesquisa. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/clarissa_bananal_resumo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

achavam-se em Bananal, 52 casas em São José do Barreiro, 42 casas em Areias e 7 casas em Silveiras, além de Queluz; com relação ao estado de conservação, 78 casas (40% do total) corriam o risco de desabamento ou exigiam reparos urgentes; 36 casas estavam com o teto desabando, 16 casas tinham rachaduras paredes e 8 casas sofriam risco de deslizamento e alagamento por se acharem próximas de encostas⁶³.

Mas, foram várias as tentativas de se estabelecer pontes entre as representações emanadas do segmento turístico e as populações locais, e nesta trajetória o SEBRAE-SP cumpriu um papel significativo. A instituição deixou marcas com seu *Projeto Regional com foco no Turismo, Cultura e Artesanato*, centrado em micro e pequenos empreendedores, assim como pelos esforços de estabelecer uma identidade turística para os municípios do *Vale Histórico*, datando de meados dos anos 2000 o momento em que o *tropeirismo* assumiu um papel de destaque entre as representações. No ano de 2006, a figura do *tropeirinho* foi eleita mascote do Vale Histórico seguindo-se dois anos depois o lançamento para o público infantil e para a rede de ensino dos municípios da cartilha *Conheça o Vale Histórico com Tropeirinho* e do jogo educativo *Explorando o Vale Histórico*⁶⁴.

Também neste período, o SESC-SP em parceria com o Museu da Pessoa⁶⁵ enveredou por um trabalho mais atento acerca das identidades do Vale do Paraíba e com atenção centrada sobre as relações de comércio do eixo Rio-São Paulo, lançou em 2004 a obra *Rotas do Vale*⁶⁶, pesquisa que confirmou a existência de uma região de passagem outrora marcada pela presença de tropas e que no curso do tempo também abrigou ferrovias até receber rodovias. A temática dos *caminhos*, aliás, ganharia forma e lugar entre os projetos da área como o *Caminhos do Vale* (projeto que se encontra em desenvolvimento e que tem como objetivo compor, produzir e disponibilizar uma base de dados para o incremento da circulação de visitantes pela região) e a ARCCO (*Associação Roteiros Caminhos da Corte do Vale Histórico*), instituição que surgiu em 2010 com os propósitos de promover o Vale Histórico como destino turístico, de fomentar a preservação da cultura local e o patrimônio natural, e de qualificar os empreendedores de Areias, Bananal, São José do Barreiro, Silveiras, Arapeí, Cunha, Paraty e Queluz⁶⁷.

⁶³ FIORAVANTI, Carlos. “Por trás das fachadas: Inventário da USP alerta para a perda de construções históricas na primeira região cafeeira do estado”. *Pesquisa FAPESP*, jul. 2015. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/07/15/por-tras-das-fachadas/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁶⁴ “CIRCUITO Turístico Vale Histórico lança Cartilha e Jogo Educativo”. Disponível em: <http://www.classelider.com/noticia/?new_id=1723>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁶⁵ MUSEU da Pessoa. Sítio institucional. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/entenda/portfolio/publicacoes/tematicos/memorias-do-comercio-no-vale-do-paraiba-rotas-do-vale-2004>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁶⁶ Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/public/editor/rotas_do_vale.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁶⁷ Caminhos do Vale é um projeto de documentação e divulgação do patrimônio natural, paisagístico, cultural, arquitetônico e artístico do Vale do Paraíba. Fonte: <<https://www.caminhosdovale.com.br/bananal>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

Considerações Finais

Os desafios que se colocam à sedimentação de uma *paisagem turística* na Microrregião de Bananal passam por uma questão: pode o segmento turístico lhe oferecer alternativas de desenvolvimento econômico que se firmem – concomitantemente – no reconhecimento, no intercâmbio cultural, na equidade social e nas ações de conservação e preservação de um patrimônio histórico, cultural e ambiental tão resistente e singular? O que devemos considerar como *base de entendimento* dessa porção territorial para, efetivamente, seguirmos adiante com uma proposição de turismo que se faça, ao mesmo tempo, identitária e sustentável?

À par das representações ensejadas para uma paisagem há décadas pretendida como *turística*, o que vemos é a permanência de uma economia singela firmada na pecuária, na agricultura, no artesanato, num pequeno comércio e num segmento de turismo que não consegue se consolidar; na prática, um “estado de carências” que se constitui herdeiro de uma cultura centenária de subsistência; uma cultura que se revela identitária e resistente em seus propósitos de permanecer viva. Com que instrumentos podemos prosseguir?

Ora, a presença de *caminhos* de extraordinária importância no passado e de forte relevância no presente nos aproxima do conceito de *itinerários culturais*; um conceito que tem integrado nossas estratégias de estudo. Este conceito nos coloca diante de uma nova *categoria patrimonial* que, diferentemente dos *monumentos*, *ciudades*, *paisagens culturais*, nos conduz à percepção de que certos *processos de mobilidade* ou *sistemas de trocas* devem se fazer compreendidos como *fenômenos históricos*. Fenômenos como a Rota da Seda, o Caminho dos Incas, as estradas Romanas, para além de estradas históricas⁶⁸, constituem-se sistemas de circulação com histórias próprias; categoria que – segundo a *Carta dos Itinerários Culturais* (ICOMOS, 2008) – nos demanda a elaboração de fundamentos e metodologias de investigação; conhecimentos especializados, procedimentos de valorização, proteção, conservação e gestão, assim como orientações, princípios e critérios especiais para garantir autenticidade, integridade, conservação e sentido histórico do mesmo fenômeno. É nessa direção que estamos seguindo.



⁶⁸ CARDOSO, Flávia M. Possato & CASTRIOTA, Leonardo Barci. “O itinerário enquanto instrumento de preservação do patrimônio cultural: o caso da Estrada Real”. *Forum Patrimônio – Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*, vol. 5, n. 2, jul./ dez. 2012, p. 1-18. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

RESUMO

No curso do século XX, o fenômeno turístico se consolidou e alcançou uma abrangência mundial, numa trajetória afinada à constituição de novas instâncias de gestão dos territórios e das Nações; instâncias que não só lastrearam como conferiram significados particulares a seu desenvolvimento. Coube à ONU (1945) e, de forma particular, à UNESCO (1946), aproximar, interagir e integrar o desenvolvimento turístico aos propósitos de construção e manutenção da paz e da segurança entre os povos. Esta sincronia buscou a contenção de um crescimento anárquico e forneceu as bases para o desenvolvimento de uma forma de turismo atenta ao conhecimento e a proteção do patrimônio cultural e ambiental da humanidade. Este artigo propõe-se a identificar, organizar e disponibilizar um conjunto significativo de referências, assim como indicar estratégias metodológicas, apresentando na última parte do texto os resultados parciais do projeto que, na atualidade, estamos desenvolvendo na microrregião do Bananal, na porção paulista do Vale do Paraíba. Entre os resultados, constam estudos mais aprofundados dos processos de constituição territorial, assim como das origens e trajetória de desenvolvimento do fenômeno turístico regional, numa perspectiva de abordagem que tem nos levado perceber descompassos, ocultamentos e fragilizações, com sérias consequências para a preservação do patrimônio cultural da microrregião.

Palavras Chave: Patrimônio; Turismo Cultural; Preservação.

ABSTRACT

During the 20th century, the tourism phenomenon consolidated and reached a worldwide level, in a trajectory aligned with formation of news instances of territories and nations management; these instances not only supported but also gave particular meaning to its development. It was ONU (1945) and, particularly UNESCO (1946) who approximated, interacted and integrated the tourism development to the purposes of peacebuilding and peacekeeping. This synchrony aimed at a restrain of an anarchic growth and provided bases to the development of a way of tourism watchful to knowledge and the protection of environmental and cultural heritage of humanity. This article tries to identify, organize and share a set of references, as well as indicate methodological strategies, presenting in the last part of the text the partial results of the project that, currently, we are developing in the micro region of Bananal, in Vale do Paraíba. Among this results in-depth studies of the territorial formation process are listed, as well as the origins and the development trajectory of the regional tourism phenomenon, within a approach perspective that has brought as to realize mismatches, concealments and fragilizations, with serious consequences to the preservation of the micro region's cultural heritage.

Keywords: Heritage; Cultural Tourism; Preservation.

Artigo recebido em 13 set. 2016.

Aprovado em 14 out. 2016.